

Crisis y Ruptura Peninsular



Edición de

Carmen M^a Comino Fernández de Cañete, Maria da Conceição
Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco González

CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)

CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

III Congreso Internacional de la SEEPLU
(Cáceres, 30 y 31 de octubre de 2013)

Edición de

Carmen M^a Comino Fernández de Cañete, Maria da
Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita y Juan M. Carrasco
González

UNIVERSIDAD  DE EXTREMADURA

2014

Cáceres

ÍNDICE

III CONGRESO INTERNACIONAL DE LA SEEPLU – CRISIS Y RUPTURA PENINSULAR

COMITÉ ORGANIZADOR:

Presidenta - Carmen María Comino Fernández de Cañete

Secretaria – Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita

Vocal – Juan M. Carrasco González



EL CONGRESO CONTÓ CON EL APOYO DEL GOBIERNO DE EXTREMADURA Y LOS FONDOS FEDER DE LA UNIÓN EUROPEA.

GOBIERNO DE EXTREMADURA
Consejería de Empleo, Empresa e Innovación



© Los autores

© Universidad de Extremadura para esta 1ª edición

Edita:

Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones

C/ Caldereros, 2 - Planta 2ª. 10071 Cáceres (España).

Tel. 927 257 041 ; Fax 927 257 046

E-mail: publicac@unex.es

<http://www.unex.es/publicaciones>

Patrocina:

SEEPLU (Sociedad Extremeña de Estudios Portugueses y de la Lusofonía)

I.S.B.N.: 978-84-697-1337-2.

Depósito Legal: CC-276-2014.

Índice

Francisco Ivan da Silva – Gregório de Matos e o século XVII	9-45
Xosé Manuel Dasilva – Los vaivenes cronológicos de las traducciones españolas de <i>Os Lusíadas</i>	47-63
Hélio J. S. Alves – Presença da poesia portuguesa no <i>Siglo de Oro</i>	65-80
Manuel Ferro – O bilinguismo na épica portuguesa do período filipino: entre a expressão autonómica, a afirmação identitária e a importância do contexto cultural espanhol envolvente	81-99
Juan M. Carrasco González – Recepción de la obra del padre António Vieira en España y en la América española (siglos XVII y XVIII)	101-118
Carmen María Comino Fernández de Cañete – Construção silogística em <i>Sonetos à Conceição da Virgem N. S.</i>	119-132
Clara Anunciação, Carlos Severino – <i>Os Lusíadas</i> – símbolo nacional de duas culturas	133-147
Adriano Milho Cordeiro – D. António de Ataíde, cerzindo ideias e políticas por terras de Portugal e de Espanha, no tempo dos Filipes	149-163
Carlos Pazos Justo – (Re)visões, ideias e funções acerca do bilinguismo português-castelhano nas primeiras décadas do século XX	165-178
Milton Pedro Dias Pacheco – “De vossa real presença desejada”: Uma apologia político-alegórica a D. Filipe II de Portugal	179-212
Manuel Gama – Pós 1640: Portugal, do “olvido” ao convívio com a Espanha	213-227

Maria da Conceição Vaz Serra Pontes Cabrita – A “questão ibérica” em António Sardinha	229-240
Fernando Augusto Machado – Portugal e Espanha na balança ibérica: Uma leitura fantasmagórica situada de Almeida Garrett	241-261
Vanessa Riambau Pinheiro – A universalidade e a desvinculação do passado mítico: Os novos rumos da literatura portuguesa contemporânea	263-275
María Eugenia Pedrosa Casares – La enemistad literaria entre españoles y portugueses en <i>As batalhas do Caia</i> de Mário Cláudio	277-287
Marcos Antonio Rodríguez Piris – <i>Trovas do Bandarra</i> : De Trancoso a Pernambuco	289-304
Ana Alexandra Silva, Maria João Marçalo – Das primeiras gramáticas de português língua estrangeira – Os séculos XVII e XVIII	305-318
Anabela Matias, Paulo Osório, Maria da Graça Sardinha – Níveis de literacia em adultos portugueses e respetiva proficiência linguística: um estudo de caso	319-329
Xurxo Fernández Carballido – A competência cultural no processo de ensino e aprendizagem de português língua estrangeira (PLE)	331-341
José Ángel García López – Versões ignoradas das peças <i>A nossa terra é nossa!</i> e <i>Um remédio malfadado</i> de Ricardo Flores Pérez	343-355

OS LUSÍADAS – SÍMBOLO NACIONAL DE DUAS CULTURAS

Clara Anunciação
FLUL

clara_anunciacao@yahoo.com

Carlos Severino
CEC – FLUL

profcarlosmseverino@gmail.com

RESUMO

Sendo a temática deste III Congresso SEEPLU a crise e a rutura peninsular, procuraremos, com a nossa comunicação, recuperar o contexto histórico do período filipino em que a monarquia dual contribuiu para a estreiteza das ligações não só políticas, mas também sociais, culturais e artísticas. Pretendemos, assim, abordar especificamente a conjuntura literária de finais do séc. XVI, mais concretamente as relações entre as edições portuguesas da obra *Os Lusíadas*, do poeta Luís Vaz de Camões, e as traduções desta epopeia, lançadas pelas duas mais prestigiadas Universidades espanholas da época, ancorando estes factos no contexto social, político e cultural vivido na época em que Filipe II de Espanha se tornou também Filipe I de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: *Os Lusíadas*; Camões; traduções castelhanas; Filipe II de Espanha, I de Portugal.

ABSTRACT

Under the theme of this Congress, crisis and rupture peninsular, we will try, with our communication, to recover the historical context of the period in which the Philippine dual monarchy contributed to the tightness of the connections not only political, but also social, cultural and artistic. We intend, therefore, to specifically address the situation of literature at the end of the 16th century, specifically the relationship between the Portuguese editions of the *Os Lusíadas*, written by the poet Luís Vaz de Camões, and the translations of this epic by the two most prestigious Spanish universities of the time, anchoring these facts at the social, political and cultural lived in the period when Philip II of Spain also became Philip I of Portugal.

KEYWORDS: *Os Lusíadas*; Camões; Spanish translations; Philip II of Spain, I of Portugal.

Quando a primeira edição de *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões sai à luz, pela imprensa de António Gonçalves lança, em 1572, apresenta duas licenças, uma do censor da Inquisição e a outra régia. A primeira dá a indicação de que a obra publicada não sofreu qualquer alteração. A segunda proporciona informações mais concretas a respeito da obra: que é composta em oitava rima, contendo 10 cantos em que se fala dos principais feitos dos Portugueses nas partes da Índia. Além disso, salvaguarda os direitos do autor e do editor proibindo a publicação da obra por dez anos. Quem a outorga é o rei de Portugal, D. Sebastião, a quem o poeta faz uma dedicatória na epopeia. Apesar disto, é discutível o conhecimento de *Os Lusíadas* por parte de D. Sebastião, uma vez que o rei descreve a obra de uma forma bastante simples e redutora.

É difícil ter uma noção precisa da receção do poema de Camões na sociedade da época, se à leitura de amplas referências clássicas, cujo conhecimento apenas estava ao alcance de um pequeno número de leitores, como refere Asensio (1974: 303-324), se juntavam alguns lapsos de uma primeira edição, de que Jackson (2003) nos dá conta. No seu conjunto, *Os Lusíadas* seria, pois, de difícil leitura e compreensão, um luxo apenas acessível a poucas personalidades, um poema, de facto, de “minorias” (Asensio 1974: 303). Teria D. Sebastião maturidade para, aos dezoito anos, compreender o alcance da obra que lhe era destinada? Teriam os Portugueses condições para lerem e se deleitarem com a epopeia?

Apesar das dificuldades referidas, segundo Borges de Macedo (1979: 29-30), entre 1572 e 1613, foram editados 12 000 exemplares, segundo os números de Pedro Crasbeeck, autor da edição de *Os Lusíadas* em 1613. De facto, as consecutivas edições desta obra, em 1584²², depois, em 1591 e 1597, surgindo também, nesta década de 90 do séc. XVI, a divulgação das rimas ditas de Camões, explicam-se pelo facto de haver mercado para

²² Neste período, é de referir que expirou a licença de dez anos concedida aquando da primeira publicação e que esta nova edição, surgida dois anos mais tarde, chamada edição dos Piscos, *ad usum Delphini*, foi muito expurgada e censurada, demonstrando o possível envolvimento e força cultural que a obra adquirira ao ser alvo de tanto cuidado e atenção numa “limpeza” tão exaustiva.

tal, indicando que o poeta alcançara algum êxito e reconhecimento ainda no século em que viveu (Anastácio 2010: 69).

E não foi só em Portugal que *Os Lusíadas* foram lidos e conhecidos. Também em Espanha a obra foi amplamente divulgada logo a partir de 1580, ano que ficou marcado pelas mortes de Luís de Camões e do cardeal D. Henrique, soberano que estava no poder desde a morte de D. Sebastião, em 1578. Neste ano, o caminho ficou aberto para que Filipe II reclamasse o trono de Portugal, que seria o culminar de todo um processo que o rei de Espanha iniciara logo após o desaparecimento de D. Sebastião.

Kamen (2008: 238-41) refere que Filipe II e o seu sobrinho Sebastião se encontraram “no mosteiro de Guadalupe durante o natal de 1576, com o Duque de Alba presente” e que o rei, nesse encontro, terá tentado persuadir o sobrinho da empresa para a qual se preparava, insistindo que D. Sebastião não deveria participar pessoalmente, por não ter ainda descendência. Todavia, o sobrinho só terá mostrado interesse nos apoios que o tio lhe poderia conceder para a cruzada. Ainda assim, Filipe II envia para Lisboa Juan da Silva como embaixador de Espanha, com a intenção de pressionar e demover o rei, o que não se verificou.

Assim que se dá a derrota de Portugal em Alcácer-Quibir, em agosto de 1578, Filipe começa a agir nos bastidores. Em finais de janeiro de 1579, o rei informa Cristóvão de Moura do modo como estavam, “secreta e discretamente, a tomar as medidas necessárias a todas as eventualidades”²³. Pela primeira e única vez na vida, Filipe conduziu uma campanha tendente a conquistar a opinião pública, usando abordagens diferentes: “empregou destacados juristas de toda a Europa para escreverem em apoio da sua causa, de modo a convencer não só os portugueses, mas também outras potências europeias. Segundo, os seus representantes em Portugal [...] tentaram ganhar para a causa tanto indivíduos como cidades. Por fim, recorreu-se a subornos seletivos” (Kamen 2008: 240-1).

Como frisa Bouza Álvarez (1989: 26), Filipe II, ainda antes de ser aclamado rei de Portugal, já tinha decidido como seria o seu

²³ Segundo Kamen (2008: 236-7), Filipe mandou prender Princesa de Éboli, em julho de 1579, por esta ter a intenção de casar uma das suas filhas com o filho do Duque de Bragança podendo, deste modo, reclamar o trono português.

novo escudo das suas armas e o começara a usar. Ou seja, houve toda uma máquina propagandística que foi posta em movimento ainda antes de 1580, para que se conquistasse apoio político para o projeto ibérico que Filipe II tinha em mente. Da mesma forma, parece que se pretende conquistar o apoio dos intelectuais, quer portugueses, quer espanhóis, ao patrocinar duas traduções simultâneas de *Os Lusíadas* de Camões, uma pela Universidade de Salamanca e outra pela Universidade de Alcalá de Henares. Se a este feito invulgar (como apontou Eugénio Asensio), atentarmos que “a análise dos prólogos de ambas, bem como o facto de terem sido impressas sem as aprovações dos censores eclesiásticos, revelam a interferência do braço real”, concluímos, como o faz também Vanda Anastácio (2010: 64), que estas traduções saíram pertinentemente, no ano em que Filipe II pretendia ocupar o trono vazio de Portugal, enquanto seu herdeiro legítimo, utilizando a obra como “parte da estratégia política desenvolvida pelo rei de Castela no contexto da anexação”.

O apoio do monarca às traduções reflete o interesse cultural deste por razões humanistas, sem dúvida, sendo conveniente, por outro lado, não esquecer que “traduzir *Os Lusíadas* terá significado, então, duas coisas: sublinhar a vinculação de um imaginário imperial à «nação» portuguesa e anexar, à língua castelhana, este património simbólico-cultural” (Serra 2011: 777) ou, como diz Anastácio (2010: 64), “a escolha de *Os Lusíadas* como texto a traduzir nesse momento particular estabeleceu uma associação entre a obra e Portugal. Tornou-o numa espécie de “representante simbólico” de uma cultura (ainda que, não necessariamente de uma nação, no sentido em que hoje entendemos o conceito)”.

Assim, as traduções espanholas, iniciadas antes do seu lançamento em 1580²⁴, revelam um refletido trabalho na impressão que a edição *princeps* portuguesa não tem. Tanto a tradução de Alcalá, feita por Benito Caldera, como a de Salamanca, realizada por Luis Gómez de Tapia, contemplam uma

²⁴ Há quem defenda, como Emanuel Paulo Ramos (1983: 150), a possível revisão da parte do autor das traduções espanholas, tendo por base a proximidade de datas de aprovação da licença por Fradique Furió Ceriol em março de 1580, tendo Camões falecido em junho.

apresentação da obra²⁵ em geral mais cuidada, com textos introdutórios no início de cada canto e notas no seu final (estas apenas presentes na tradução esmerada de Tapia). Estes elementos não só contribuem para que ambas as edições espanholas sejam mais dignas da obra que Camões compôs, como também permitem uma melhor leitura e compreensão.

Além disso, cada uma das traduções apresenta no seu início “provas” de outros autores contemporâneos que atestam a arte e o engenho daqueles que se prestaram a traduzir o poema lusitano, como que se fossem necessárias credenciais para o fazer e como se o facto de ali estarem efetivamente presentes em cada tradução legitimasse cada edição espanhola. Algo é comum na opinião de todos: Camões é sublime, comparável a Homero e Vergílio, senão mesmo melhor!

Filipe II estaria, com certeza, a homenagear o poeta português dando à estampa tais traduções de *Os Lusíadas*, ao mesmo tempo que aproveitava a obra para manipulação política. É, por exemplo, conhecida a intervenção do rei em pedidos de traduções, nomeadamente, em 1577, quis que se fizessem traduções de Ramon Llul, filósofo ocultista maiorquino (Kamen, 2008: 266), para que o acesso ao conhecimento fosse mais completo.

A tradução levada a cabo por Tapia realça, logo no início, no “Catálogo dos Reis”, toda a sucessão dinástica dos reis portugueses, terminando com a seguinte frase: “A dõ Henrique succeedio en año de ochêta la sacra Magestad del Rey dõ Phelippe II. deste nombre, Rey de España: *assí por ser Reyno que de su corona auia salido*, como por ser nieto del Serenissimo Rey dõ Manuel, padre de don Enrique, que murio sin herederos”. Ao indicar esta relação próxima entre os dois reis de Portugal e o rei

²⁵ Por exemplo, a edição de Caldera tem divisão marcada no primeiro e no quarto versos mais atrás e com maiúscula, indicação do canto no cabeçalho mas sem indicação de página, não tem divisão entre os cantos. A edição de Tapia tem marcado o primeiro verso mais atrás e maiúscula no início de cada verso, igual à edição portuguesa, cabeçalho da esquerda com indicação do canto ou das 'Annotaciones', quando no final do canto, e o cabeçalho da direita com título da obra e a numeração da folha; além dos números das notas, o que não evitou erros, pois a edição de Tapia tem, no início do canto VI, nove páginas, na esquerda, com a indicação de 'Canto V', além da supressão, logo no primeiro canto, da 9ª à 13ª estrofe.

de Espanha, Tapia está a justificar e a legitimar a posição de Filipe II face à situação de Portugal, utilizando como veículo de transmissão a obra *Os Lusíadas*, que chegaria a diferentes pontos do império, com uma missão bastante nítida: a de espalhar pelo mundo a notícia de que Filipe II era então rei de toda a Península Ibérica, não só de Portugal, reino de gente notável, mas também de toda a “nobre Espanha”, “cabeça da Europa toda” que “com nações diferentes se engrandece” (*Os Lusíadas*, III, 17-18).

Tendo em conta este projeto adotado por Filipe II para *Os Lusíadas*, procurámos analisar as duas primeiras traduções da obra, pesquisando em que medida o texto original foi adulterado para providenciar uma leitura mais favorecida a Filipe II enquanto legítimo herdeiro do trono de Portugal. Sabendo de antemão que notáveis trabalhos, como a edição comentada de Costa Pimpão, já teriam exposto muito do que procurávamos, limitámos a nossa investigação à palavra “rei” e a um ou outro aspeto cultural passível de ser adulterado. A nossa pesquisa não é exaustiva, mas procura dar conta, de uma forma demonstrativa, de algumas adaptações que poderiam favorecer a campanha de Filipe II, e que se encontram sistematizadas no *Apêndice* a esta comunicação.

De uma maneira geral, podemos dizer que Caldera suprime e adapta o texto, mas não recria nem inventa como Tapia. Por exemplo, no primeiro canto, estância 51, v. 5, quando os Portugueses se apresentam aos nativos da ilha de Moçambique, referindo quem são e ao que vêm, referem ser “de um rei potente”. Tal é traduzido linearmente por Caldera, mas Tapia apresenta, como se fosse necessário, a palavra “súbditos”, frisando que obedecem a uma entidade maior. Esta obediência será sublinhada pelo contexto do segundo canto, no qual os Portugueses voltam a apresentar-se após a sua chegada ao reino de Melinde.

Ainda no mesmo canto, podemos fazer referência à estância 111, v. 4, no qual se fala das obras portuguesas singulares, cuja fama as precede, e que não encontra tradução exata nem numa tradução, nem noutra. Por outro lado, em III.112.2, quando se fala em “o poder dos Cristãos”, Tapia opta por traduzir “el Espanhol poder”. Não nos podemos esquecer de que ainda estaria presente na mente de muitos a vitória na Batalha de Lepanto, em 1572, que se traduzira no recuo dos muçulmanos, em benefício

dos cristãos, e cuja luta sempre fora um objetivo maior quer para Carlos V quer para Filipe II.

No entanto, em V.95.1, “dá a terra Lusitana Scipiões”, mais uma vez Caldera segue a lição original, mas Tapia adapta para “da la tierra de Espanha Scipiones”, aproveitando para fazer um encómio de dimensões mais abrangentes: não seria apenas em Portugal, mas em toda a Espanha, entretanto unida por uma só coroa.

Vejam, por exemplo, VIII.59.8, Caldera não traduz a expressão “Rei dos Lusitanos” na íntegra mas apenas parte dela, “su rey”, indicando os lucros provenientes do acordo com o rei de Portugal, nas negociações com o Catual.

Em VIII.99.4, temos um exemplo de como não há tradução do original (“E mil vezes tiranos torna os Reis”), já que, neste caso, Caldera dá um exemplo daquilo que seria uma má governação: “entrega capitanes a enemigos”. Por sua vez, Tapia opta por substituir a palavra “reis” por “señorio” de modo a evitar uma associação da tirania com o rei, mas generalizando para com todos os “senhores”.

Em X.23.7-8, no discurso da ninfa ao Gama sobre as conquistas futuras, traduz Caldera “cuja vontade/manda mais que a justiça e a verdade” por “cuyo gusto/mas que justicia, manda malo injusto”, reforçando o poder real, superior à lei, suprimindo a palavra “verdade” de Camões e mantendo o vocabulário relacionado unicamente com a justiça. Tapia é muito mais livre na sua tradução (“Esto hacen los Reyes cuyo Imperio/Puede mas q justicia en su Hemispherio”), evidenciando a palavra “império”, que se associa ao império português, mas que nos parece remeter, em última estância, para o império de Filipe, pela modificação tão radical dos versos e pelo uso inesperado da palavra “Hemispherio”, cujo uso da letra maiúscula acentua a sua importância.

Por fim, Caldera substitui, em X.152.2 (“Alemães Galos, Italos, & Ingleses”), a referência aos “Galos” por “Francia”, possivelmente procurando contornar deste modo os conflitos existentes nesta altura com a corte francesa, situação que durou todo o governo de Filipe II.

Gomez de Tapia suprime várias vezes o uso da palavra “rei” (em VII.86.2, no final do canto, nas palavras do poeta; em VIII.26.2, quando Paulo da Gama está a contar a história de

Portugal ao Catual), substituindo pela palavra "señorio" (VIII.99.4), como já foi referido, e recria, por exemplo, em VII.15.8, "Por coger sancto fructo al nueuo suelo" por "E dar nouo costume, & nouo Rei"). Além disso, também desenvolve a ideia do verso, por exemplo, em VIII.53.8, "Sem Rei, sem leis humanas ou diuinas", agravando a ideia de Camões ao acrescentar outros elementos (*Sin ley, sin rey, sin virtud, y con vicio*).

Porém, a parte mais curiosa da tradução de Gómez Tapia é a forma como parece agir em conformidade com a política e mentalidade do rei, não o rei a quem Camões dedica o seu poema, que nunca é referido explicitamente, D. Sebastião, mas o seu rei, D. Filipe II. Além das referidas supressões e substituições, Tapia *protege/adula* o rei (neste caso, D. Manuel) ao, em X.144.6, com a entrada da armada na foz do Tejo, retirando a palavra "temido" e deixando apenas "amado": "A su patria querida y Rey amado", quando o original diz "E a sua patria, & Rey temido & amado".

Por outro lado, torna-se muito plausível que Tapia se refira a D. Filipe quando traduz "Por isso vos ò Rey, que por diuino/Conselho estais no regio solio posto" (X.146.5-6), já na parte final do canto, por "Pues Rey que por consejo alto diuino/La gente gouernays que el Luso cria", acentuando desta forma que os que foram criados por Luso, os Lusitanos, são agora "governados" por "divino/conselho". O uso da palavra "governo", que Caldera não usa, pode remeter exatamente para esse governo agora em funcionamento.

Esta ideia torna-se mais clara dez estâncias à frente, isto é, na última do poema (X.156.7), quando Tapia substitui o nome de Alexandre por "Phelippo" ("Siendo vos de Phelippo el heredero" *versus* "De sorte que Alexandro em vos se veja"). Por um lado, com base nas referências clássicas, Tapia substitui Alexandre, o Grande, por uma perífrase com o mesmo significado "de Phelippo el heredero", introduzindo a referência a Filipe da Macedónia. Contudo, é conveniente referir que, ao mesmo tempo que faz esta opção, Tapia está também a invocar o nome do seu rei, fazendo o apelo ao herdeiro de Filipe II, possivelmente numa referência explícita ao Príncipe Diego Félix (1575-1582), que tinha sido jurado herdeiro a 1 de março de 1580, numa manobra de Filipe para assegurar o trono de Portugal (Kamen 2008: 246).

Para concluir, somos levados a crer que, como refere Sousa Rebelo (1982: 214),

as condições sociais e políticas dominantes em Portugal, o ideal de um império unido, embora disperso por vários continentes, impunham aos escritores portugueses de Quinhentos uma solidariedade de ação e uma coerência de pensamento, que não poderia tolerar o divórcio entre a espada e a pena.

Camões realizou o notável feito de, numa obra como *Os Lusíadas*, contemplar o “casamento” do que fora alcançado pelo poder das armas, a conquista de um império imenso, e da pena, que agora as servia para narrar essa conquista.

Também Filipe II procurou legitimar a sua posição de herdeiro do trono português, face à situação gerada pelo desaparecimento de D. Sebastião, em África, em 1578, recorrendo por um lado às armas e ao conflito armado de que o Duque de Alba era cabecilha; por outro, pela pena, patrocinando não uma, mas duas traduções simultâneas de *Os Lusíadas*, obra que continha toda uma ideologia política, que não distava da que era defendida pelos humanistas de quinhentos, e uma carga simbólica devido aos feitos realizados por todo o mundo pelos “barões assinalados” provenientes da Península Ibérica, “cabeça da Europa”. É preciso perceber que, mais do que cantar “o peito lusitano”, Camões deu voz a todo um povo que realizou uma profunda cruzada, levando a sua língua, os seus costumes e o seu rei aos reinos mais longínquos. Filipe II soube aproveitar isso em seu benefício, apoiando as traduções de Benito Caldera, sob a chancela da Universidade de Alcalá, e de Gómez Tapia, da Universidade de Salamanca.

De uma forma geral, a tradução de Alcalá é mais fiel ao texto original de Camões, talvez pelo tradutor ser português e dominar a língua, ou então porque não procura mais do que a divulgação da obra por si só. Deste modo, a tradução de Salamanca procura adotar uma posição confortável face à situação que se vive na Península Ibérica. Por sua vez, Tapia parece estar mais alerta para certas adaptações que se justificam tendo em conta o contexto político da altura: podemos não ter nenhuma referência ao rei, mantendo o original de Camões, mas encontramos referências a Filipe II, nomeadamente logo no “Catálogo dos Reis”, o que legitima a posição deste monarca face ao trono português. Em última instância, ele é, como se diz em X.146.5-8, “(...) Rei, que por divino/ Conselho estais no régio sólio posto, / Olhai que sois (e vede as outras gentes)/ Senhor só de

vassallos excelentes”; e, no final, legitima também a posição do seu príncipe herdeiro, Diego, pela referência da última estrofe (X.156.7).

Curiosamente, após Filipe II ter colocado em marcha toda uma campanha propagandística, e ter, efetivamente, anexado Portugal aos restantes reinos ibéricos, dando azo a uma união que o faria estar na posse de um vasto império, não surgiu, no panorama cultural, ecos destes feitos ou desta posição ocupada no mundo. Ou seja, não foi despontada uma verdadeira literatura imperialista de triunfo nacional. No entanto, não podemos deixar de considerar que, tal como sublinha António José Saraiva (2002: 136), não há, nas literaturas hispânicas, outro poema tão espanhol como *Os Lusíadas* “não só pela expressão do heroísmo e do espírito de cruzada, como pela forma glorificante, ufanista, hiperbólico que o caracteriza”. Não será esta obra, por isso mesmo, um símbolo nacional das duas culturas, portuguesa e espanhola?

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez (1989): Fernando Jesús Bouza Álvarez, "Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe II", *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 4, pp. 20-58.
- Anastácio (2010): Vanda Anastácio, "A criação de um poeta nacional: breve panorâmica das edições da lírica camoniana entre 1595 e 1870", *Floema*, 7, Bahia, Edições UESB, pp.61-74.
- Asensio (1974): Eugenio Asensio, "La fortuna de *Os Lusíadas* en España" in *Estudios Portugueses*, Paris, F. Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 303-324.
- Borges de Macedo (1971): Jorge Borges de Macedo, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Verbo.
- Jackson (2003): Kenneth David Jackson, *Luís de Camões e a primeira edição d' Os Lusíadas, 1572: Uma introdução ao CD-ROM*, Dartmouth, Center for Portuguese Studies and Culture.
- Kamen (2008): Henry Kamen, *Filipe I. O rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Ramos (1983): Emanuel Paulo Ramos, "Os textos camonianos datados de 1572 e as traduções castelhanas de 1580 d'*Os Lusíadas*", *Revista Humanitas*, 35-36, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp.149-169.
- Rebello (1982): Luís de Sousa Rebello, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Verbo.
- Saraiva (2002): António José Saraiva, *Estudos sobre a Arte d'Os Lusíadas* (2ª ed.), Lisboa, Gradiva Publicações.
- Serra (2011): Pedro Serra, "Receção de Camões na literatura espanhola", in Aguiar e Silva, V. M. (coord.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 772-793.

Edições de *Os Lusíadas*:

La Lvsuada de el famoso poeta Luys de Camões. Tradvzida en verso castellano de Portugues, por el Maestro Luys Gomez de Tapia, vezino de Sevilla. Dirigida al Illvstrissimo Señor Ascanio Colona, Abbad de Sancta Sophia. Con priuilegio. En Salamanca, en casa de Ioan Perier Impressor de Libros. Año de M.D.LXXX.
(Disponível em

http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?pid=3175831&custom_att_2=simple_viewer - última consulta: 16/10/2013).

Los Lusiadas de Luys de Camoes, traduzidos en octaua rima Castellana por Benito Caldera, residente en Corte. Dirigidos al Illustriss. Señor Hernando de Vega de Fonseca, Presidente del consejo dela hazienda de su M. y dela santa y general Inquisicion. Con Privilegio. Impresso en Alcala de Henares, por Iuã Gracian. Año de M.D.LXXX. (Disponível em <http://purl.pt/23629> - última consulta: 16/10/2013).

Os Lusiadas de Luis de Camões. COM PRIVILEGIO REAL. Impressos em Lisboa, com licença da sancta Inquisição, & do Ordinario: em casa de Antonio Gõçalvez Impressor. 1572. (Pelicano à esquerda; exemplar da Universidade de Coimbra; fac-similado)

Os Lusiadas de Luis de Camões. COM PRIVILEGIO REAL. Impressos em Lisboa, com licença da sancta Inquisição, & do Ordinario: em casa de Antonio Gõçalvez Impressor. 1572. (Pelicano à direita; exemplar da Biblioteca Nacional de Espanha; Disponível em http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITOOL-3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=1930882 - última consulta a 16/10/2013)

Apêndice – Tabela com as traduções de alguns excertos d’Os Lusíadas.

	<i>Os Lusíadas, Luís de Camões, 1572 A/S/Ee/pelicano à esquerda (exemplar fac-similado da Universidade de Coimbra)</i>	<i>Os Lusíadas, Luís de Camões, 1572 B/D/E/pelicano à direita (exemplar da Biblioteca Nacional de Espanha, Madrid, RI4207)</i>
I, 2, 1-2	<i>E também as memorias gloriosas Daquelles Reis, que forão dilatando</i>	<i>E também as memorias gloriosas Daquelles Reis, que foram dilatando</i>
I, 12, 2	<i>Que fez ao Rei, & ao Reino tal serviço</i>	<i>Que fez ao Rei, & ao Reino tal serviço</i>
I, 15, 1-4	<i>E em quanto a estes canto, & a vos nam posso, Sublime Rei, que nam me atreuo a tanto, Tomay as redeasuos do Reino vosso Dareis matéria a nunca ouvido canto:</i>	<i>E em quanto a estes canto, & a vos nam posso, Sublime Rei, que nam me atreuo a tanto, Tomay as redeas uos do Reino vosso Dareis matéria a nunca ouvido canto:</i>
II, 63, 6	<i>Hum Rei, com muitas obras de amizade,</i>	<i>Hum Rei, com muitas obras de amizade,</i>
II, 71, 1-2	<i>Louuão do Rey os Mouros a bondade, Condiçam liberal, sincero peito,</i>	<i>Louuão do Rey os Mouros a bondade, Condiçam liberal, sincero peito,</i>
II, 80, 8	<i>De hum Rei que temos, alto, & sublimado.</i>	<i>De hum Rei que temos, alto, & sublimado:</i>
II, 84, 3-4	<i>Não quereras, pois tes de Rei o officio, Que ninguém a seu Rei desobedeça:</i>	<i>Nam quereras, pois tes de Rei o officio, Que ninguém a seu Rei desobedeça:</i>
II, 86, 5-8	<i>E o Rei ilustre, o peito obediente, Dos Portugueses, na lama imaginando. Tinha por valor grande, & muy subido, O do Rei que he tam longe obedecido.</i>	<i>E o Rei ilustre, o peito obediente, Dos Portugueses, na lama imaginando. Tinha por valor grande, & muy subido, O do Rei que he tam longe obedecido.</i>
II, 101, 2	<i>O Rei, que nos seus braços o leuaua;</i>	<i>O Rei, que nos seus braços o leuaua;</i>
II, 102, 1	<i>E com grandes palavras lhe offereçe,</i>	<i>E com grandes palavras lhe offerece,</i>
II, 106, 4	<i>Porque de todas tudo note, & veja:</i>	<i>Porque de todas tudo note, & veja:</i>
III, 23, 1	<i>Hum Rei, por nome Affonso, foy na Espanha,</i>	<i>Hum Rei, por nome Affonso, foy na Espanha,</i>
III, 33, 1	<i>“príncipe”</i>	<i>“príncipe”</i>
III, 36, 3-4	<i>Se vay ao Castelhana, prometendo, Que elle faria darlhe obediencia.</i>	<i>Se vay ao Castelhana, prometendo, Que elle faria darlhe obediencia.</i>
III, 36, 5	<i>“inimigo”</i>	<i>“inimigo”</i>
III, 55, 7	<i>“Scabelicastro”</i>	
III, 93, 5	<i>Mas o Reino...</i>	
V, 16, 1-2	<i>Contarte longamente as perigosas Cousas do mar, que os homêns não entendem</i>	<i>Contarte longamente as perigosas Cousas do mar, que os homêns não entendem</i>
VIII, 53, 7-8	<i>Vivem so de piraticas rapinas, Sem Rei, sem leis humanas ou diuinas</i>	<i>Vivem so de piraticas rapinas, Sem Rei, sem leis humanas ou diuinas</i>
X, 23, 5-8	<i>Isto fazem os Reis, cuja vontade Manda mais que a justiça & que a verdade.</i>	<i>Isto fazem os Reis, cuja vontade Manda mais que a justiça & que a verdade.</i>
X, 144, 5-8	<i>Entrarão pella foz do Tejo ameno, E a sua patria, & Rey temido & amado, O premio & gloria dão, por que mandou E com titolos novos se illustrou.</i>	<i>Entrarão pella foz do Tejo ameno, E a sua patria, & Rey temido & amado, O premio & gloria dão, por que mandou E com titolos novos se illustrou.</i>
X, 146, 5-8	<i>Por isso vos ô Rey, que por diuino Conselho estais no regio solio posto, Olhay que sois (& vede as outras</i>	<i>Por isso vos ô Rey, que por diuino Conselho estais no regio solio posto, Olhay que sois (& vede as outras gentes)</i>

	gentes) <i>Senhor so de vassallos excellentes.</i>	<i>Senhor so de vassallos excellentes.</i>
X, 156, 5-8	<i>A minha ja estimada & leda musa, Fico, que em todo o mundo de vos cante, De sorte que Alexandro em vos se veja, Sem aa dita de Achilles ter enueja. contracapa</i>	<i>A minha ja estimada & leda musa, Fico, que em todo o mundo de vos cante, De sorte que Alexandro em vos se veja, Sem aa dita de Achilles ter enueja.</i>

**LOS LVSIADAS DE LVYS DE
CAMOES, traducidos en octava rima
Castellana por Benito Caldera..., 1580
(exemplar da BNP digitalizado)**

**LA LVSIADA DE EL FAMOSO POETA
Luys de Camões... por el Maestro Luys
Gomez de Tapia..., 1580 (exemplar da
BNE (U/4172)**

I, 2, 1-2	<i>Y tambien las memorias gloriosas De los Reyes que fueron dilatando</i>	<i>Las memorias de Principes gloriosas Que la Fee Sácta, y su poder mostrado</i>
I, 12, 2	<i>Que al Rey y al reyno hizo tal seruicio</i>	<i>Supressão da 9.ª estrofe à 13.ª</i>
I, 15, 1-4	<i>Mientras digo esto, y que de vos no puedo Sublime Rey, que no me atreuo a tanto, Tomad la rienda a vuestro reyno, ledo dareys materia a nunca oydo canto.</i>	<i>Y en quanto de estos cãto (pues no puedo Cantar de vos, q não me atreuo a tanto, Los vuestros governad cõ tal demuedo Que deys al Reyno paz, materia al cãto</i>
II, 63, 6	<i>Vn Rey com muchas obras y amistades,</i>	<i>Vn Rey com voluntad y amistad sana,</i>
II, 71, 1-2	<i>Loan del Rey los Moros la clemencia Del real pecho el liberal concepto,</i>	<i>De cuyo Rey los Moros alabauan La condicion, la bondad, syncero pecho</i>
II, 80, 8	<i>De vn rey nuestro sublime y estimado.</i>	<i>De vn Rey à quien seruimos sublimado.</i>
II, 84, 3-4	<i>No mandarás, pues es real tu officio, que sean los Reyes desobedecidos.</i>	<i>No quieres pues de Rey tienes officio Que nadie de su Rey quiebre el mãdado</i>
II, 86, 5-8	<i>El Rey ilustre el pecho obediente, de los nuestros estaua imaginando tiene por valor grande y leuantado al del Rey, que están lexos uenerando</i>	<i>Alaban su principe que absente Los esta en esta parte gouernando, Y tienen por valor grande y subido Ser de ellos en ausencia obedecido.</i>
II, 101, 2	<i>haze el buen Rey, y le abraço al momento</i>	<i>El Rey, Gama en sus braços lo tomaua</i>
II, 102, 1	<i>Y luego lhe promete alli, y le ofrece</i>	<i>Con grande voluntad el Rey le ofrece</i>
II, 106, 4	<i>Porque de todas todo note y vea.</i>	<i>Porque todas las note el Rey y vea.</i>
III, 23, 1	<i>Vn Rey por nombre Alfonso tuuo España</i>	<i>Vn rey por nobre Alosu vuo en España</i>
III, 33, 1	<i>"el principe"</i>	<i>"el valoroso Alfonso"</i>
III, 36, 3-4	<i>Vase al buen Castelhana prometiendo Que el haria dar la obediencia.</i>	<i>Fue se al Rey de Castilla aprometiedo Que al principe haria dalle obediencia.</i>
III, 36, 5	<i>"enemigo"</i>	<i>"Castellano"</i>
III, 55, 7	<i>"Escalabisco"</i>	<i>"Escabalesco"</i>
III, 93, 5	<i>Mas la gente...</i>	<i>Mas el Reyno de atras...</i>
V, 16, 1-2	<i>Luengamente te contar las peligrosas cosas del mar, que nunca bien se entienden</i>	<i>Contarte grande Rey las milagrosas Cosas de mar q los hõbres no entiẽdẽ</i>
VIII, 53, 7-8	<i>viuen de robo publico y contino, sin rey, sin fuero humano ni diuino.</i>	<i>Viuen de solo robo y ladronicio Sin ley, sin rey, sin virtud, y con vicio.</i>
X, 23, 5-8	<i>esto los reyes hazen, cuyo gusto mas que justicia, manda malo injusto.</i>	<i>„Esto hacen los Reyes cuyo Imperio „Puede mas ~q justicia en su</i>

		<i>Hemispherio.</i>
X, 144, 5-8	<i>Por la boca del Tajo se metieron y a sua patria, y su rey temido, amado el premio y gloria dan, porque embiaua, y con títulos nuevos se ilustraua.</i>	<i>Entraron por la hoz del Tajo ameno A su patria querida y Rey amado El premio y gloria dan porque embiara Y con títulos nuevos se ilustrara.</i>
X, 146, 5-8	<i>Por esso vos, o Rey, bue por diuino consejo estays en el real asiento, mirad que soys (y ved las otras gentes) el señor de vassallos excelentes.</i>	<i>Pues Rey que por consejo alto diuino La gente governays que el Luso cria Mirad que solo soys (ved otras gentes) Señor de vnos vassallos excelentes.</i>
X, 156, 5-8	<i>La mia ya estimada alegre musa, prometo que en el mundo de vos cante, de fuerte que Alexandro en vos se vea, sin que embidiado el gran Achilles sea.</i>	<i>En empresa tan alta, mi alta musa (Por ser vuestra hare ~q al mundo os cãte Siendo vos de Phelippo el heredero Y yo à vos lo ~q à Achilles le fue Homero</i>